



**Poder Judiciário**  
**Justiça Comum**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**

## **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO nº 2024041394 (PA-TJ)**

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da 3ª Vara Cível de Campina Grande , requisitando pagamento de honorários periciais em favor de Raul Felipe Montenegro dos Santos, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0804198-84.2022.8.15.00001, movida por NILSON ALEXANDRE FERREIRA, em face de AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO LTDA

Data da Autuação: 04/04/2024

Parte: Raul Felipe Montenegro dos Santos e outros(1)



Número: **0804198-84.2022.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **02/03/2022**

Valor da causa: **R\$ 45.687,59**

Assuntos: **Tarifas**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NILSON ALEXANDRE FERREIRA (AUTOR)		BRUNO MEDEIROS DURAO (ADVOGADO) ADRIANO SANTOS DE ALMEIDA (ADVOGADO)	
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A (REU)		EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO (ADVOGADO)	
RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
88120288	03/04/2024 08:52	<a href="#">Ofício (Outros)</a>	Ofício (Outros)

## REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

### 1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS, aceitou o encargo de Tradut Interprete ou perito, venho requerer que seja realizada a **Reserva Orçamentária** para suportar o encargo relativo a despe decorrente dos serviços prestados nos autos adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte autora é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho proferi no ID 55293607.

#### 1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. 0804198-84.2022.8.15.00001

1.1.2 Natureza da ação: Procedimento Comum

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: 3ª vara cível da Comarca de Campina Grande

1.1.4 Autor (es): Nilson Alexandre Ferreira CPF/CNPJ: 442.252.294-91

1.5.1 Réu (s): Aymore Crédito, Financiamento e Investimento S/A

CPF/CNPJ: 07.707.650.0001-10



1.1.6 Natureza do serviço: ( ) Tradução ( ) Interpretação ( X ) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: ( ) Adiantamento ( X ) Finais

1.1.8 Valor arbitrado R\$ 370,00

## 1.2 DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS

1.3.2 Endereço: RUA MARIA APARECIDA CARNEIRO, 280 - APTº 404 - CATOLÉ CAMPINA GRANDE/PB - CEP 58-410-367

1.2.3 Telefone (s): (83) 9.9609-4668

1.2.4 CPF: 886.232.114-72 (PIX)

1.2.5. Banco: 0001 Banco do Brasil

1.2.6. Agência: 5026-1

1.2.7 Conta corrente 117-1

1.2.6 Inscrição INSS: 124.76767.31-1

ou 1.2.7 Inscrição PIS/PASEP:

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: CRC/PB - 006280/O-8

**Nota:** O prestador deve apresentar documento hábil que comprove sua quitação junto ao conselho.

## 1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:



1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Campina Grande em 02/ 04/ 2024

Jacinta de Fatima Moura Medeiros

Renata Barros de Assunção Paiva

Servidor Reponsável

Juíza de Direito

Matrícula Nº 471095-9

Documento 1 página 4 assinado, do processo nº 2024041394, nos termos da Lei 11.419. ADME. 74349.22171.07092.51092-4  
Jose Cavalcanti de Arruda Junior [023.163.324-63] em 04/04/2024 08:11





Número: **0804198-84.2022.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **02/03/2022**

Valor da causa: **R\$ 45.687,59**

Assuntos: **Tarifas**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NILSON ALEXANDRE FERREIRA (AUTOR)		BRUNO MEDEIROS DURAO (ADVOGADO) ADRIANO SANTOS DE ALMEIDA (ADVOGADO)	
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A (REU)		EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO (ADVOGADO)	
RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
88039508	01/04/2024 18:56	<a href="#">CRC - CERTIDÃO DE QUITAÇÃO</a>	Documento de Comprovação



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA  
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL**

**O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA** certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME.....	: RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS
REGISTRO.....	: PB-006280/O-8
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.232.114-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPB contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARAÍBA, 14/03/2024 as 14:51:16.

Válido até: 12/06/2024.

Código de Controle: 2634.7529.5139.4455.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPB.





03/04/2024

Número: **0804198-84.2022.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **02/03/2022**

Valor da causa: **R\$ 45.687,59**

Assuntos: **Tarifas**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NILSON ALEXANDRE FERREIRA (AUTOR)		BRUNO MEDEIROS DURAO (ADVOGADO) ADRIANO SANTOS DE ALMEIDA (ADVOGADO)	
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A (REU)		EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO (ADVOGADO)	
RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
88039509	01/04/2024 18:56	<a href="#">CRC - COSULTA SITUAÇÃO RAUL</a>	Documento de Comprovação



Consulta Nacional

Tipo de Registro

Profissionais

CRC

PB

Registro(UF-999999)

PB-006280

Nome

RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS

CPF/CNPJ

886.232.114-72

Situação

Todos



Quantidade de registros encontrados: 1.  
Data da Pesquisa: 14/03/2024

Nome	Nº Registro	Tipo Situação	Categoria	CRC	Situação
RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS S...	PB-006280/O	ORIGINARIO	CONTADOR	CRC-PB	Ativo





Número: **0804198-84.2022.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **02/03/2022**

Valor da causa: **R\$ 45.687,59**

Assuntos: **Tarifas**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NILSON ALEXANDRE FERREIRA (AUTOR)		BRUNO MEDEIROS DURAO (ADVOGADO) ADRIANO SANTOS DE ALMEIDA (ADVOGADO)	
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A (REU)		EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO (ADVOGADO)	
RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
88039506	01/04/2024 18:56	<a href="#">CNIS RAUL - DADOS</a>	Documento de Comprovação

**Dados Cadastrais**

<b>NIT</b>	124.76767.31-1	<b>Fonte do NIT</b>	PIS
<b>Administrador do NIT</b>	PASEP	<b>Fonte Cadastramento</b>	MTE
<b>Ano da Administração</b>	2001	<b>Data de Cadastramento</b>	01/01/1993
<b>Data de Atualização</b>	14/09/2023		

**Dados Básicos**

<b>Nome</b>	RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS	<b>Município de Nascimento</b>	
<b>Nome da Mãe</b>	EDNA MARIA MONTENEGRO AGRA SANTOS	<b>País de Origem</b>	BRASIL
<b>Nome do Pai</b>		<b>Data de Chegada</b>	
<b>Sexo</b>	MASCULINO	<b>Estado Civil</b>	
<b>Data de Nascimento</b>	05/10/1973	<b>Grau de Instrução</b>	
<b>Nacionalidade</b>	BRASILEIRA	<b>Data de Óbito</b>	

**Documentos**

<b>CPF</b>	886.232.114-72	<b>CTPS</b>	Número: 65305, Série: 12, UF: PB
<b>CNH</b>		<b>Doc. Estrangeiro</b>	
<b>Carteira de Marítimo</b>		<b>Passaporte</b>	
<b>Identidade</b>	Número: 00001512634, Órgão Emissor: SSP, UF: PB		
<b>Título de Eleitor</b>	Número: 19525841228		
<b>Certidões Cíveis</b>			

**Contato**

<b>Endereço principal</b>			
<b>Endereço secundário</b>	Logradouro: R. LINO GOMES FILHO 00359, Bairro: SANTO ANTONIO, CAMPINA GRANDE - PB		
<b>Telefone 1</b>	<b>Telefone 2</b>	<b>Celular</b>	
<b>E-mail</b>			



Você pode conferir a autenticidade do documento em  
<https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade>  
com o código 240314X0CIT7Z8ZG6QXS63

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3º do Decreto 3.048/99.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245479596

Nome original: Para anexar ao ADM 2024041394 - (PA-TJ) - Decisão-12.pdf

Data: 04/04/2024 08:15:17

Remetente:

Jose Cavalcanti de Arruda Junior

Diretoria do Fórum de Campina Grande

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para anexar ao Processo 2024041394 - (PA-TJ).

Assunto: Para anexar ao processo 2024041394 - (PA-TJ)



Número: **0804198-84.2022.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **02/03/2022**

Valor da causa: **R\$ 45.687,59**

Assuntos: **Tarifas**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NILSON ALEXANDRE FERREIRA (AUTOR)		BRUNO MEDEIROS DURAO (ADVOGADO) ADRIANO SANTOS DE ALMEIDA (ADVOGADO)	
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A (REU)		EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO (ADVOGADO)	
RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
60796 119	12/07/2022 12:19	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0804198-84.2022.8.15.0001

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Compulsando, atentamente, os autos, verifica-se que a parte autora, ora requerente da perícia técnica, mantém sua condição de hipossuficiência financeira, motivo pelo qual defiro o custeio da realização da prova pleiteada, nos moldes da Resolução nº 09/2017, de 21 de junho de 2017, do TJPB.

A tabela de honorários periciais constante na citada Resolução prevê para a perícia técnica de contabilidade, caso dos autos, a remuneração de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais).

O art. 5º, do supracitado regulamento, disciplina *in verbis* que:

“Art. 5º. O juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite na tabela em anexo em até 5 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do feito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura”.

Após a análise dos critérios indicados no dispositivo supramencionado aplicados ao presente feito, entendo razoável e cabível triplicar o valor da remuneração para a espécie de perícia requerida, fixando o valor dos honorários periciais na ordem de R\$ 1.110,00 (hum mil cento e dez reais).

Notifique-se o perito Nome: Raul Felipe Montenegro dos Santos; CRC: 6280/PB; Especialidade: Contador; Endereço: Rua Maria Aparecida Carneiro, 280, apto 404, Catolé, CEP: 58410-367; Telefone: (083) 99609-4668, para informar, no prazo de 10 dias, se aceita os honorários periciais ora fixados, bem como se concorda em receber o respectivo valor nos moldes da Resolução nº 09/2017, de 21 de junho de 2017, do TJPB[1].

Intimem-se as partes, por seus advogados, para ciência desta decisão.

Havendo aceite pelo perito, intimem-se as partes, para que, se ainda não o fizeram, indiquem assistente técnico e formulem quesitos, no prazo de 10 (dez) dias.

Com ou sem pronunciamento das partes, intime-se o perito para designar dia e hora para início dos trabalhos periciais, com antecedência mínima de 30(trinta) dias. Com o pronunciamento, intimem-se as partes da realização do ato.



Data e assinatura digitais.

RITAURA RODRIGUES SANTANA

JUÍZA DE DIREITO

(EM SUBSTITUIÇÃO CUMULATIVA)

[ 1 ]

[https://www.tjpb.jus.br/servicos/legislacao?field\\_tipo\\_legislacao\\_value=resolucao-da-presidencia&field\\_numero\\_value=09&fiel](https://www.tjpb.jus.br/servicos/legislacao?field_tipo_legislacao_value=resolucao-da-presidencia&field_numero_value=09&fiel)



Assinado eletronicamente por: RITAURA RODRIGUES SANTANA - 12/07/2022 12:19:33

<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22071212193220700000057503810>

Número do documento: 22071212193220700000057503810

Num. 60796119 - Pág. 2

Documento 5 página 4 assinado, do processo nº 2024041394, nos termos da Lei 11.419. ADME.91449.22171.05223.51765-3  
Cecilio da Silva Inacio [034.462.764-08] em 04/04/2024 09:04



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245479597

Nome original: Para anexar ao ADM 2024041394 - (PA-TJ) - LAUDO PERICIAL - NILSON x AY  
MORE.pdf

Data: 04/04/2024 08:15:17

Remetente:

Jose Cavalcanti de Arruda Junior  
Diretoria do Fórum de Campina Grande  
TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para anexar ao Processo 2024041394 - (PA-TJ).

Assunto: Para anexar ao processo 2024041394 - (PA-TJ)





03/04/2024

Número: **0804198-84.2022.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **02/03/2022**

Valor da causa: **R\$ 45.687,59**

Assuntos: **Tarifas**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NILSON ALEXANDRE FERREIRA (AUTOR)		BRUNO MEDEIROS DURAO (ADVOGADO) ADRIANO SANTOS DE ALMEIDA (ADVOGADO)	
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A (REU)		EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO (ADVOGADO)	
RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
78190846	24/08/2023 16:41	<a href="#">LAUDO PERICIAL - NILSON x AYMORE</a>	Documento de Comprovação



**Raul Felipe Montenegro dos Santos**  
**Contador - CRC /PB – 6280/O-8**

## **LAUDO PERICIAL CONTÁBIL**

**Vara: 3ª Vara Cível de Camina Grande/PB**

**Processo: 0804198-84.2022.8.15.0001**

**Autor: NILSON ALEXANDRE FERREIRA**

**Réu: AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A**

## **SUMÁRIO**

- I. APRESENTAÇÃO
- II. OBJETIVO
- III. CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- IV. ANÁLISE
- V. RESPOSTA AOS QUESITOS
- VI. CONCLUSÃO

**RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS**  
**Contador: CRC/PB – 3280**





## Raul Felipe Montenegro dos Santos Contador - CRC /PB – 6280/O-8

### I - APRESENTAÇÃO

**RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS**, Contador, brasileiro, casado, devidamente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/PB sob o nº 006280/O-8, Servidor da Justiça Federal em C. Grande/PB, exercendo a função de Supervisor da Contadoria da 9ª Vara Federal, pós-graduado em Contabilidade Avançada pela ESAF, com endereço profissional a Rua Maria Aparecida Carneiro, 280 – Apt. 404 – Catolé, nesta cidade, na qualidade de PERITO JUDICIAL nomeado nos autos, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar o seu LAUDO PERICIAL CONTÁBIL, consoante as determinações do Código de Processo Civil e as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC – que versam sobre a Perícia Contábil e o profissional Perito Contador.

### II – OBJETIVO

O presente trabalho tem por objetivo oferecer a visão do Perito, no sentido de dirimir os conflitos e dúvidas que possam existir entre as partes, além de auxiliar a tomada da decisão desse douto Magistrado acerca da matéria contábil financeira exposta no processo supracitado, constituindo-se do conjunto de procedimentos técnicos, destinados a levar à instância decisória os elementos de prova necessários à solução do litígio, na forma de Laudo Pericial, em conformidade com as normas aplicáveis e a legislação específica pertinente.

### III – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Conforme o contido na demanda, a perícia é de natureza contábil financeira, e, portanto, não é demais ressaltar que é de prerrogativa do profissional bacharel em Ciências Contábeis, devidamente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, conforme preceitua a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC acima citada, vejamos in verbis:

***“4. A perícia contábil é de competência exclusiva de contador em situação regular perante o Conselho Regional de Contabilidade de sua jurisdição.”***

Nesse sentido, se faz necessário levantar, preliminarmente, os fatos relacionados ao caso, para melhor entendimento do caso em tela, e para que este Perito possa contribuir com a solução da lide.

Tendo as partes apresentado quesitos (**Id 60143623 e 69612930**), restando a esse perito analisar os mesmos, juntamente com os documentos insertos aos autos.

### IV – ANÁLISE

Foi deferida pelo Exmo(a). Senhor(a) Juiz(a) da 6ª Vara Cível de C. Grande/PB, a elaboração da prova





## Raul Felipe Montenegro dos Santos Contador - CRC /PB – 6280/O-8

pericial contábil para dirimir as incertezas diante da matéria discutida nos autos.

Este Perito procedeu às análises necessárias, no sentido de entender a questão discutida nos autos e trazer a luz da perícia ao caso exposto, e, para isso, aplicou os seguintes procedimentos:

- Verificação do contrato firmado entre as partes;
- Análise da legislação vigente sobre tema em tela, como também a realização de pesquisa da jurisprudência aplicada ao caso;
- Resposta aos quesitos apresentados.

### V – RESPOSTA AOS QUESITOS

#### Quesitos da parte AUTORA:

**1)** Queira o Dr. Perito descrever e identificar todos os encargos, em percentual e valor, incidentes mês a mês nas boletas de pagamento;

**Resposta:** Conforme se verifica nos itens de **B a J**, ocorreu um financiamento no valor total de R\$ 20.686,51 (Vinte mil, seiscentos e oitenta e seis reais, e cinquenta e um centavos), com prazo de pagamento de 48 meses, aplicação de uma taxa de 2,63% a.m. e com parcelas calculadas com a utilização do SISTEMA PRICE, quem indica a opção de pagamento com parcela mensal fixa. VEJAMOS:

ID: 55049082	
<b>B</b>	<b>VALOR FINANCIADO (PRINCIPAL + ACESSÓRIOS + SERV DE TERCEIROS FINANCIADOS A PEDIDO DO CONSUMIDOR)</b>
B.1	Valor do veículo à vista
B.2	Acessórios - financiados: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
B.3	IPVA - financiado: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
B.4	Multas de trânsito - financiadas: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
B.5	Licenciamento - financiado: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
B.6	Seguro Prestamista financiado: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Seguro Auto financiado: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
B.6	Discriminação do seguro Prestamista: CDC PROTEGIDO COM DESEMPREGO
B.6	Seguradora ZURICH SANTANDER BRAS [CNPJ: 87.376.109/0001-06]
B.6	Discriminação do seguro Auto:
B.6	Seguradora: [CNPJ:]
B.7	Despesas com despachante - financiadas: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
B.7	Empresa: [CNPJ:]
B.8	Registro contrato - Cartório (cf. legislação estadual) - financiado: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
B.9	Registro contrato-órgão de trânsito (Res. 320 CONTRAN) - financiado: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
B.10	<b>SUBTOTAL: VEÍCULO + ACESSÓRIOS + SERV DE TERCEIROS FINANCIADOS A PEDIDO DO CONSUMIDOR</b>
C	<b>PAGAMENTO INICIAL / ENTRADA</b>
C.1	Valor da entrada
C.2	Valor Líquido Liberado (B.1+B.2+B.3+B.4+B.5+B.7-C.1)
D	<b>DADOS DE RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA</b>
D.1	<b>TARIFAS (conforme Resolução CMN 3.919/2010)</b>
D.1	Tarifa de cadastro Isenta: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Financiada: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
D.2	Tarifa de avaliação de bem Isenta: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Financiada: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
D.3	<b>Total de tarifas a serem financiadas</b>
E	<b>IOF - IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE A OPERAÇÃO</b>
E.1	Valor total a ser financiado sem impostos (B.10 - C.1 + D.3)
E.2	IOF - financiado: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
E.3	IOF - adicional (Decreto 6.339/08) - financiado: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
E.4	<b>Total de impostos a serem financiados</b>
F	<b>DADOS DO FINANCIAMENTO</b>
F.1	Data do 1º Vencimento: 09/04/2020
F.2	Número de parcelas mensais: 48
F.3	Valor total das parcelas intermediárias (quando houver): 0
F.4	Taxa de juros mensal e anual: <input type="checkbox"/> mensal % a.m.: 2,63% <input type="checkbox"/> anual % a.a.: 36,50%
F.5	Valor de cada parcela mensal
F.6	<b>VALOR TOTAL FINANCIADO (COM IMPOSTOS) (E.1 + E.4)</b>
G	<b>VALOR TOTAL PAGO AO FINAL (soma das parcelas + C.1 valor da entrada)</b>
H	<b>CET-CUSTO EFETIVO TOTAL DA OPERAÇÃO (FORMULA DA RES. 3.517/07)</b> CET % a.m.: 3,28% CET % a.a.: 48,17%
I	Prazo de validade do orçamento (7): 3 dias úteis Local: CAMPINA Hora: 07:43 Data: 10/03/2020
J	Assinatura do cliente: <i>Raul Felipe Montenegro dos Santos</i>



0000 CONTABILIDADE 0000

Marillia Sales CRC 011568 - O/PB  
Raul Felipe CRC 6280 - O/PB





## Raul Felipe Montenegro dos Santos Contador - CRC /PB – 6280/O-8

2) Queira ainda analisar, no que toca o item anterior, se;

3) os valores cobrados ultrapassam a cobrança de juros de 1% (um por cento) ao mês;

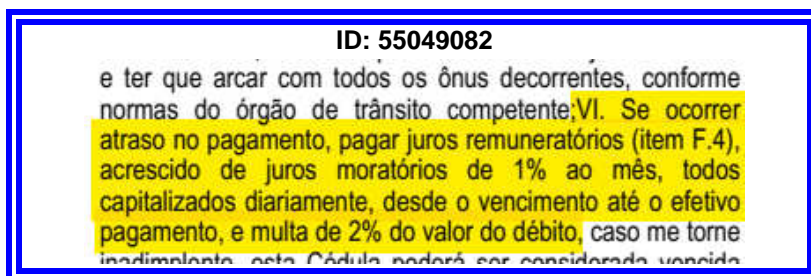
**Resposta:** Conforme se verifica do quadro demonstrativo acima, a taxa contratada foi de 2,63% a.m., com capitalização mensal e utilização do SISTEMA PRICE para cálculo da parcela mensal, tudo devidamente informado no respectivo contrato, inclusive a representatividade anual da capitalização mensal da taxa contratada.

4) Se são contabilizados juros sobre juros (conduta que implica em anatocismo); e

**Resposta:** Não, o SISTEMA PRICE, observando o pagamento na forma contratada e mantida a adimplência em dia, não permite que ocorra capitalização de juros, uma vez que, o valor da parcela é composto pelos juros do período, mais uma parte da amortização, fazendo com que sua quitação pague o total dos juros do período, e diminua o saldo devedor, e consequentemente a base de cálculo dos juros para o período seguinte

5) Se há incidência de multa, especificando se a taxa ultrapassa o percentual de 2% e qual o valor pago a maior?

**Resposta:** Conforme previsto na cláusula VI do contrato em questão, em caso de inadimplência existe a previsão de aplicação de multa de 2% e juros moratórios de 1% a.m.. Quanto à verificação se ocorreu aplicação de encargos superiores ao contratado, fica prejudicada a análise, pois a parte autora não apresentou nenhum boleto onde tenha ocorrido a cobrança dos encargos por atraso, logo não temos como efetuar o cálculo de conferência.



6) Se houver a cobrança de comissão de permanência e se esta foi cumulada com correção monetária e juros moratório.

**Resposta:** Não existe no contrato a previsão de cobrança de comissão de permanência em caso de atraso, também não foi apresentado pelo autor qualquer documento que comprove tal cobrança e que pudesse ser conferido por este perito.

7) Queira informar, em que consiste a taxa de financiamento? Qual o seu valor?

**Resposta:** A taxa de financiamento contratada e aplicada no percentual de 2,63%.





## Raul Felipe Montenegro dos Santos Contador - CRC /PB – 6280/O-8

**8)** Queira o ilustre Perito dizer, em que consistem os chamados genericamente de “encargos Financeiros”? São legais?

**Resposta:** Não encontrei no contrato nenhum apontamento usando a nomenclatura “encargos financeiros”, para que pudesse fazer uma análise do que poderia representar tais valores, ao mesmo tempo, que quanto a legalidade ou não de qualquer ponto do referido contrato, salvo melhor juízo, trata-se de matéria de direito, onde só o respectivo julgador pode definir pela legalidade ou não.

**9)** Relatar, em que consiste a “taxa de rotativo”? Qual o seu valor? É legal?

**Resposta:** Resposta idêntica ao quesito anterior.

**10)** Queira o ilustre Perito informar qual seria o valor atual da dívida, aplicando-se os juros legais (1% ao mês), com o expurgo da capitalização dos juros e taxas ilegais e abusivas.

**Resposta:** Entende este perito, salvo melhor juízo, que este quesito tá prejudicado, pois na atual fase processual a análise é referente se está sendo aplicado o que foi contratado entre as partes ou não e fazer os devidos apontamentos, não existindo nos autos ainda, qualquer decisão definindo quais seriam os juros legais e afastando a capitalização mensal.

**11)** Qual o valor real cobrado indevidamente e sua diferença para fim de ser abatido?

**Resposta:** Após conferência do cálculo do financiamento, considerando os dados contratados (Valor total financiado, taxa e prazo contratados), **afirmamos que a parcela foi calculada de forma correta**, não existindo quaisquer valores indevidos sendo cobrados.

**12)** Queira o Douto expert informar qual seria o valor da dívida, aplicando se a taxa SELIC com o expurgo da capitalização, explicitando quais os valores cobrados indevidamente.

**Resposta:** Mesma resposta do quesito de nº 10

**13)** Qual a taxa de juros aplicada ao contrato?

**Resposta:** Conforme resposta dada no quesito de nº 07

**14)** qual o valor da média de mercado do financiamento do veículo neste mês?

**Resposta:** Conforme relatório obtido através do BACEN (Ver em anexo), verificamos que para o período de assinatura do contrato a taxa de juros variou entre os diversos bancos entre **0,71% (mínima) e 3,79% (máxima)**.

**15)** Quanto o autor pagou a mais do que a média do mercado em todo o seu contrato de financiamento? E em dobro qual é o valor?

**Resposta:** Conforme resposta do quesito anterior, entende este perito, que a taxa contratada se encontra dentro da média praticada pelo mercado à época da contratação do respectivo financiamento discutido nestes autos, já que ela se encontra entre a mínima e máxima registrada pelo BACEN.







## Raul Felipe Montenegro dos Santos Contador - CRC /PB – 6280/O-8

**16)** Identificar se haveria algum saldo a favor do Autor após a realização das operações acima, configurando a repetição do indébito.

**Resposta:** Considerando que o parte ré aplicou corretamente os critérios que foram contratados, e que ainda não existe nos autos decisão que torne nula qualquer das cláusulas contratadas e defina seus novos parâmetros, entende este perito que não existem valores cobrados indevidamente da parte autora.

**17)** Qual o valor do débito da parte Autora ?

**Resposta:** Quesito prejudicado, não foi apresentado nos autos extrato evolutivo da dívida, onde conste os valores pagos e/ou parcelas em atraso, para que se pudesse fazer a devida conferência

**18)** Queira o Dr. Perito esclarecer o que mais entender necessário ao deslinde da questão.

**Resposta:** Entende este perito, salvo melhor juízo, que qualquer alteração referente aos valores e taxas discutidos nestes autos, passa primeiramente pela análise das matérias de direito, e que só pode ocorrer através da decisão judicial, onde só assim, poderá ser decretada a ilegalidade de alguma ou algumas cláusulas do contrato e que possam afetar a feitura do cálculo do financiamento.

Do contrário, afirmamos com convicção que o valor da parcela mensal devida pela parte autora, foi calculado corretamente e utilizando como base exclusivamente as informações constantes do quadro informativo de dados financeiros do respectivo contrato.

### Quesitos da parte RÉ:

**01.** Queira o Sr. Perito informar se os juros dispostos no instrumento contratual foi o efetivamente aplicados no caso, ou seja, a aplicação dos juros obedeceu o que ficará estipulado na contratação?

**Resposta:** Sim, o cálculo da parcela obedeceu na íntegra a aplicação da taxa de juros mensal de 2,63% a.m informada no respectivo contrato.

**02.** Queira o Sr. Perito explicar detalhadamente a natureza da modalidade do contrato pleito da ação.

**Resposta:** Trata-se de um contrato de financiamento para aquisição de um veículo particular, ficando o mesmo consignado em garantia até o fim do pagamento das parcelas assumidas pelo contratante.

**03.** Queira o Sr. Perito informar se os descontos efetivados pelo banco seguiram as normas previstas pelo Banco Central referentes a modalidade contratual.

**Resposta:** Quesito prejudicado, uma vez que não existe nos autos o extrato evolutivo da dívida, onde conste os pagamentos efetuados, as possíveis antecipações feitas e possíveis parcelas em atraso, para que se pudesse fazer a devida conferência dos critérios de cálculos aplicados.





## Raul Felipe Montenegro dos Santos Contador - CRC /PB – 6280/O-8

**04.** Queira o Sr. Perito Oficial informar qual o valor do crédito disponibilizado pelo Banco Réu em favor da parte Autora?

SALDO PARA PGTO DO VEÍCULO: (Vlr do veículo – entrada: R\$ 28.000,00 – R\$ 9.708,00)	R\$ 18.292,00
TAXA DE AVALIAÇÃO DO BEM:	R\$ 180,00
IOF DEVIDO:	R\$ 657,38
TAXA REGISTRO DO CONTRATO:	R\$ 246,81
SEGURO:	R\$ 1.310,32
<b>TOTAL EMPRESTADO AO AUTOR:</b>	<b>R\$ 20.686,51</b>

**05.** Queira o Sr. Perito informar se a taxa de juros aplicada encontra-se em consonância com a taxa de juros média aplicada em contratos da mesma natureza do reclamado na exordial?

**Resposta:** Conforme respostas dadas nos quesitos 14 e 15 do autor.

### VI – CONCLUSÃO:

Após analisar minuciosamente os autos, inclusive com a devida observação da legislação aplicada ao caso, entendemos que a apuração da parcela do financiamento devido pela parte autora observou corretamente as cláusulas existentes no contrato, onde constavam todas as informações de taxas e período de aplicação a serem adotados, além de todo o discriminativo de impostos e taxa de serviços a serem pagos pelo autor.

Sendo assim, salvo melhor juízo, **caso não ocorra determinação para mudança de alguma cláusula contratual, inclusive fundamentando e informando os novos critérios e condições a serem aplicadas**, concluímos que o contrato em discussão foi respeitado na íntegra pela parte ré.

Campina Grande/PB, 24 de agosto de 2023.

**RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS**  
Contador: CRC/PB – 3280







Histórico de Taxa de juros

Segmento: \*  

Pessoa Física

Modalidade: \*  

Aquisição de veículos - Pré-fixado

Período: \*  

10/03/2020 a 16/03/2020

Exportar

Taxas Juros			
Posição	Instituição Financeira	% a.m.	% a.a.
1	BCO MERCEDES-BENZ S.A.	0,71	8,90
2	SCANIA BCO S.A.	0,83	10,43
3	BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A	0,88	11,11
4	BCO VOLVO BRASIL S.A.	0,92	11,65
5	BCO RCI BRASIL S.A.	1,01	12,85
6	BMW FINANCEIRA S.A. - CFI	1,02	12,96
7	BCO VOLKSWAGEN S.A	1,04	13,25
8	BCO DA AMAZONIA S.A.	1,04	13,27
9	BCO RODOBENS S.A.	1,07	13,68
10	BCO PSA FINANCE BRASIL S.A.	1,09	13,85
11	BANCO HYUNDAI CAPITAL BRASIL	1,14	14,59
12	FINANC ALFA S.A. CFI	1,17	15,01
13	BCO GM S.A.	1,18	15,08
14	BCO TOYOTA DO BRASIL S.A.	1,18	15,16
15	SINOSSERRA S/A - SCFI	1,24	15,87
16	BCO DO BRASIL S.A.	1,24	15,94
17	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	1,27	16,41
18	BANCO BARI S.A.	1,31	16,86

Taxas Juros			
Posição	Instituição Financeira	% a.m.	% a.a.
19	BCO. J.SAFRA S.A.	1,31	16,86
20	BRB - CFI S/A	1,31	16,97
21	BCO ITAUCARD S.A.	1,32	17,02
22	BCO BRADESCO S.A.	1,32	17,06
23	ITAÚ UNIBANCO S.A.	1,36	17,60
24	BV FINANCEIRA S.A. CFI	1,51	19,64
25	BCO BANESTES S.A.	1,52	19,78
26	BCO BRADESCO FINANC. S.A.	1,53	19,95
27	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,54	20,10
28	PORTOSEG S.A. CFI	1,54	20,14
29	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1,59	20,78
30	AYMORE CFI S.A.	1,67	21,94
31	GOLCRED S/A - CFI	1,69	22,26
32	BCO HONDA S.A.	1,70	22,47
33	BCO YAMAHA MOTOR S.A.	1,89	25,16
34	BCO CETELEM S.A.	1,91	25,47
35	GAZINCRED S.A. SCFI	1,92	25,67
36	BANCO PAN	2,06	27,73
37	FINAMAX S.A. CFI	2,31	31,53
38	BCO DIGIMAS S.A.	2,34	31,92
39	BCO RNX S.A.	2,57	35,60
40	BCO DAYCOVAL S.A	2,72	38,00
41	SF3 CFI S.A.	3,26	47,03
42	PORTOCRED S.A. - CFI	3,40	49,31
43	OMNI SA CFI	3,58	52,50
44	OMNI BANCO S.A.	3,79	56,31







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245479598

Nome original: Para anexar ao ADM 2024041394 - (PA-TJ) - Despacho-7.pdf

Data: 04/04/2024 08:15:17

Remetente:

Jose Cavalcanti de Arruda Junior

Diretoria do Fórum de Campina Grande

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para anexar ao Processo 2024041394 - (PA-TJ).

Assunto: Para anexar ao processo 2024041394 - (PA-TJ)



Número: **0804198-84.2022.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **02/03/2022**

Valor da causa: **R\$ 45.687,59**

Assuntos: **Tarifas**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NILSON ALEXANDRE FERREIRA (AUTOR)		BRUNO MEDEIROS DURAO (ADVOGADO) ADRIANO SANTOS DE ALMEIDA (ADVOGADO)	
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A (REU)		EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO (ADVOGADO)	
RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
55293607	15/03/2022 12:19	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**3ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE**

**DESPACHO**

Vistos etc.

Compulsando as provas acostadas aos autos, tenho que estão presentes os requisitos necessários à concessão do benefício da justiça gratuita ao autor. **DEFIRO O PEDIDO.**

Assim como, **inverto expressamente o ônus da prova em benefício ao consumidor**, na forma do Artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, que trata:

*"Art. 6º São direitos básicos do consumidor:*

*(...)*

*VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências".*

Sendo assim, deve ser juntada aos autos, pela parte ré, toda e qualquer documentação que sirva de contraprova às alegações exordiais.

Outrossim, **reservo-me para apreciar a tutela antecipada após a resposta da parte promovida, haja vista entender pela necessidade de melhor esclarecimento dos fatos trazendo ao processo uma maior segurança jurídica.**

A atual sistemática adotada pelo Código de Processo Civil estabelece, como regra, a designação de audiência de conciliação ou de mediação como ato subsequente ao recebimento da petição inicial das ações de procedimento comum, nos termos do art. 334, caput, do CPC. Não obstante, o § 4º do mesmo dispositivo legal traz duas hipóteses em que a sobredita audiência não será realizada, a saber: a) se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual; b) quando não se admitir a autocomposição.

No caso dos presentes autos, a audiência não poderá ser realizada por motivo de força maior decorrente da edição do Ato Normativo Conjunto nº 001/2020TJPB/MPPB/DPE-PB/OAB-PB, que no art. 11, caput cancelou a realização de audiências inicialmente até o dia 31 de maio de 2020, com prorrogação em atos posteriores.

Desse modo, **deixo de realizar a audiência de autocomposição designada determinando o que se expeça citação, na forma requerida, informando da não realização excepcional da audiência de conciliação e concedendo prazo de 15 dias, para apresentar contestação, advertindo-se que, não sendo oferecida**



**contestação no prazo legal, a parte ré será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora** (art. 344 do CPC), salvo as exceções previstas no art. 345 do CPC.

Em qualquer caso, apresentada a contestação e vindo a mesma instruída com prova documental e/ou se alegada quaisquer das matérias constantes dos arts. 350 e 351 do CPC, **intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação.**

Ficam as partes informadas que, caso haja autocomposição extrajudicial, poderão apresentar a transação nos autos, para homologação e também que poderá ser designada audiência conciliatória a qualquer tempo, nos termos do art. 139, V, do CPC, após o período de vigência do ANC 001/2020.

Data e assinatura digitais.

ALEX MUNIZ BARRETO

JUIZ DE DIREITO

(EM SUBSTITUIÇÃO CUMULATIVA)





Número: **0804198-84.2022.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **02/03/2022**

Valor da causa: **R\$ 45.687,59**

Assuntos: **Tarifas**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NILSON ALEXANDRE FERREIRA (AUTOR)		BRUNO MEDEIROS DURAO (ADVOGADO) ADRIANO SANTOS DE ALMEIDA (ADVOGADO)	
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A (REU)		EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO (ADVOGADO)	
RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
78190846	24/08/2023 16:41	<a href="#">LAUDO PERICIAL - NILSON x AYMORE</a>	Documento de Comprovação





**Raul Felipe Montenegro dos Santos**  
**Contador - CRC /PB – 6280/O-8**

## **LAUDO PERICIAL CONTÁBIL**

**Vara: 3ª Vara Cível de Camina Grande/PB**

**Processo: 0804198-84.2022.8.15.0001**

**Autor: NILSON ALEXANDRE FERREIRA**

**Réu: AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A**

## **SUMÁRIO**

- I. APRESENTAÇÃO
- II. OBJETIVO
- III. CONSIDERAÇÕES INICIAIS
- IV. ANÁLISE
- V. RESPOSTA AOS QUESITOS
- VI. CONCLUSÃO

**RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS**  
**Contador: CRC/PB – 3280**





## Raul Felipe Montenegro dos Santos Contador - CRC /PB – 6280/O-8

### I - APRESENTAÇÃO

**RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS**, Contador, brasileiro, casado, devidamente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/PB sob o nº 006280/O-8, Servidor da Justiça Federal em C. Grande/PB, exercendo a função de Supervisor da Contadoria da 9ª Vara Federal, pós-graduado em Contabilidade Avançada pela ESAF, com endereço profissional a Rua Maria Aparecida Carneiro, 280 – Apt. 404 – Catolé, nesta cidade, na qualidade de PERITO JUDICIAL nomeado nos autos, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar o seu LAUDO PERICIAL CONTÁBIL, consoante as determinações do Código de Processo Civil e as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC – que versam sobre a Perícia Contábil e o profissional Perito Contador.

### II – OBJETIVO

O presente trabalho tem por objetivo oferecer a visão do Perito, no sentido de dirimir os conflitos e dúvidas que possam existir entre as partes, além de auxiliar a tomada da decisão desse douto Magistrado acerca da matéria contábil financeira exposta no processo supracitado, constituindo-se do conjunto de procedimentos técnicos, destinados a levar à instância decisória os elementos de prova necessários à solução do litígio, na forma de Laudo Pericial, em conformidade com as normas aplicáveis e a legislação específica pertinente.

### III – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Conforme o contido na demanda, a perícia é de natureza contábil financeira, e, portanto, não é demais ressaltar que é de prerrogativa do profissional bacharel em Ciências Contábeis, devidamente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, conforme preceitua a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC acima citada, vejamos in verbis:

***“4. A perícia contábil é de competência exclusiva de contador em situação regular perante o Conselho Regional de Contabilidade de sua jurisdição.”***

Nesse sentido, se faz necessário levantar, preliminarmente, os fatos relacionados ao caso, para melhor entendimento do caso em tela, e para que este Perito possa contribuir com a solução da lide.

Tendo as partes apresentado quesitos (**Id 60143623 e 69612930**), restando a esse perito analisar os mesmos, juntamente com os documentos insertos aos autos.

### IV – ANÁLISE

Foi deferida pelo Exmo(a). Senhor(a) Juiz(a) da 6ª Vara Cível de C. Grande/PB, a elaboração da prova





## Raul Felipe Montenegro dos Santos Contador - CRC /PB – 6280/O-8

pericial contábil para dirimir as incertezas diante da matéria discutida nos autos.

Este Perito procedeu às análises necessárias, no sentido de entender a questão discutida nos autos e trazer a luz da perícia ao caso exposto, e, para isso, aplicou os seguintes procedimentos:

- Verificação do contrato firmado entre as partes;
- Análise da legislação vigente sobre tema em tela, como também a realização de pesquisa da jurisprudência aplicada ao caso;
- Resposta aos quesitos apresentados.

### V – RESPOSTA AOS QUESITOS

#### Quesitos da parte AUTORA:

**1)** Queira o Dr. Perito descrever e identificar todos os encargos, em percentual e valor, incidentes mês a mês nas boletas de pagamento;

**Resposta:** Conforme se verifica nos itens de **B a J**, ocorreu um financiamento no valor total de R\$ 20.686,51 (Vinte mil, seiscentos e oitenta e seis reais, e cinquenta e um centavos), com prazo de pagamento de 48 meses, aplicação de uma taxa de 2,63% a.m. e com parcelas calculadas com a utilização do SISTEMA PRICE, quem indica a opção de pagamento com parcela mensal fixa. VEJAMOS:

ID: 55049082		
<b>B</b>	<b>VALOR FINANCIADO (PRINCIPAL + ACESSÓRIOS + SERV DE TERCEIROS FINANCIADOS A PEDIDO DO CONSUMIDOR)</b>	<b>% (%)</b>
B.1	Valor do veículo à vista	R\$ 28.000,00
B.2	Acessórios - financiados: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	R\$ 0,00 0,00%
B.3	IPVA - financiado: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	R\$ 0,00 0,00%
B.4	Multas de trânsito - financiadas: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	R\$ 0,00 0,00%
B.5	Licenciamento - financiado: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	R\$ 0,00 0,00%
B.6	Seguro Prestamista financiado: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Seguro Auto financiado: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Discriminação do seguro Prestamista: CDC PROTEGIDO COM DESEMPREGO Seguradora ZURICH SANTANDER BRAS CNPJ: 87.376.109/0001-06 Discriminação do seguro Auto: Seguradora: CNPJ:	R\$ 1.310,32 6,33% R\$ 0,00 0,00%
B.7	Despesas com despachante - financiadas: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Empresa: CNPJ:	R\$ 0,00 0,00%
B.8	Registro contrato - Cartório (cf. legislação estadual) - financiado: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	R\$ 0,00 0,00%
B.9	Registro contrato-órgão de trânsito (Res. 320 CONTRAN) - financiado: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	R\$ 246,81 1,19%
B.10	<b>SUBTOTAL: VEÍCULO + ACESSÓRIOS + SERV DE TERCEIROS FINANCIADOS A PEDIDO DO CONSUMIDOR</b>	R\$ 29.557,13
<b>C</b>	<b>PAGAMENTO INICIAL / ENTRADA</b>	
C.1	Valor da entrada	R\$ 9.708,00
C.2	Valor Líquido Liberado (B.1+B.2+B.3+B.4+B.5+B.7-C.1)	R\$ 18.292,00 88,42%
<b>D</b>	<b>DADOS DE RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA</b>	
<b>D.1</b>	<b>TARIFAS (conforme Resolução CMN 3.919/2010)</b>	
D.1	Tarifa de cadastro Isenta: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Financiada: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	R\$ 0,00 0,00%
D.2	Tarifa de avaliação de bem Isenta: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Financiada: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	R\$ 180,00 0,87%
D.3	<b>Total de tarifas a serem financiadas</b>	R\$ 180,00 0,87%
<b>E</b>	<b>IOF - IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE A OPERAÇÃO</b>	
E.1	Valor total a ser financiado sem impostos (B.10 - C.1 + D.3)	R\$ 20.029,13
E.2	IOF - financiado: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	aliquota: 3,00% R\$ 578,77 2,80%
E.3	IOF - adicional (Decreto 6.339/08) - financiado: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	0,38% R\$ 78,61 0,38%
E.4	<b>Total de impostos a serem financiados</b>	R\$ 657,38 3,18%
<b>F</b>	<b>DADOS DO FINANCIAMENTO</b>	
F.1	Data do 1º Vencimento: 09/04/2020	F.2 Número de parcelas mensais: 48
F.3	Valor total das parcelas intermediárias (quando houver): 0	
F.4	Taxa de juros mensal e anual: <input type="checkbox"/> mensal % a.m.: 2,63% <input type="checkbox"/> anual % a.a.: 36,50%	
F.5	Valor de cada parcela mensal	R\$ 763,31
F.6	<b>VALOR TOTAL FINANCIADO (COM IMPOSTOS) (E.1 + E.4)</b>	R\$ 20.686,51 100,00%
<b>G</b>	<b>VALOR TOTAL PAGO AO FINAL (soma das parcelas + C.1 valor da entrada)</b>	R\$ 46.346,88
<b>H</b>	<b>CET-CUSTO EFETIVO TOTAL DA OPERAÇÃO (FORMULA DA RES. 3.517/07)</b>	CET % a.m.: 3,28% CET % a.a.: 48,17%
<b>I</b>	Prazo de validade do orçamento (7): 3 dias úteis Local: CAMPINA Hora: 07:43 Data: 10/03/2020	
<b>J</b>	Assinatura do cliente: <i>17/ Jorg...</i>	

**SALES e SANTOS**  
CONTABILIDADE

Marília Sales CRC 011568 - O/PB  
Raul Felipe CRC 6280 - O/PB





## Raul Felipe Montenegro dos Santos Contador - CRC /PB – 6280/O-8

- 2) Queira ainda analisar, no que toca o item anterior, se;
- 3) os valores cobrados ultrapassam a cobrança de juros de 1% (um por cento) ao mês;

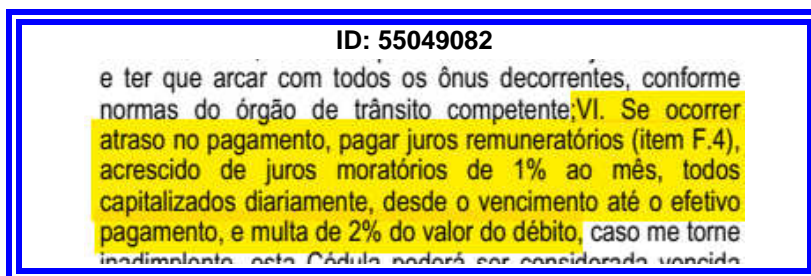
**Resposta:** Conforme se verifica do quadro demonstrativo acima, a taxa contratada foi de 2,63% a.m., com capitalização mensal e utilização do SISTEMA PRICE para cálculo da parcela mensal, tudo devidamente informado no respectivo contrato, inclusive a representatividade anual da capitalização mensal da taxa contratada.

- 4) Se são contabilizados juros sobre juros (conduta que implica em anatocismo); e

**Resposta:** Não, o SISTEMA PRICE, observando o pagamento na forma contratada e mantida a adimplência em dia, não permite que ocorra capitalização de juros, uma vez que, o valor da parcela é composto pelos juros do período, mais uma parte da amortização, fazendo com que sua quitação pague o total dos juros do período, e diminua o saldo devedor, e consequentemente a base de cálculo dos juros para o período seguinte

- 5) Se há incidência de multa, especificando se a taxa ultrapassa o percentual de 2% e qual o valor pago a maior?

**Resposta:** Conforme previsto na cláusula VI do contrato em questão, em caso de inadimplência existe a previsão de aplicação de multa de 2% e juros moratórios de 1% a.m.. Quanto à verificação se ocorreu aplicação de encargos superiores ao contratado, fica prejudicada a análise, pois a parte autora não apresentou nenhum boleto onde tenha ocorrido a cobrança dos encargos por atraso, logo não temos como efetuar o cálculo de conferência.



- 6) Se houver a cobrança de comissão de permanência e se esta foi cumulada com correção monetária e juros moratório.

**Resposta:** Não existe no contrato a previsão de cobrança de comissão de permanência em caso de atraso, também não foi apresentado pelo autor qualquer documento que comprove tal cobrança e que pudesse ser conferido por este perito.

- 7) Queira informar, em que consiste a taxa de financiamento? Qual o seu valor?

**Resposta:** A taxa de financiamento contratada e aplicada no percentual de 2,63%.





## Raul Felipe Montenegro dos Santos Contador - CRC /PB – 6280/O-8

**8)** Queira o ilustre Perito dizer, em que consistem os chamados genericamente de “encargos Financeiros”? São legais?

**Resposta:** Não encontrei no contrato nenhum apontamento usando a nomenclatura “encargos financeiros”, para que pudesse fazer uma análise do que poderia representar tais valores, ao mesmo tempo, que quanto a legalidade ou não de qualquer ponto do referido contrato, salvo melhor juízo, trata-se de matéria de direito, onde só o respectivo julgador pode definir pela legalidade ou não.

**9)** Relatar, em que consiste a “taxa de rotativo”? Qual o seu valor? É legal?

**Resposta:** Resposta idêntica ao quesito anterior.

**10)** Queira o ilustre Perito informar qual seria o valor atual da dívida, aplicando-se os juros legais (1% ao mês), com o expurgo da capitalização dos juros e taxas ilegais e abusivas.

**Resposta:** Entende este perito, salvo melhor juízo, que este quesito tá prejudicado, pois na atual fase processual a análise é referente se está sendo aplicado o que foi contratado entre as partes ou não e fazer os devidos apontamentos, não existindo nos autos ainda, qualquer decisão definindo quais seriam os juros legais e afastando a capitalização mensal.

**11)** Qual o valor real cobrado indevidamente e sua diferença para fim de ser abatido?

**Resposta:** Após conferência do cálculo do financiamento, considerando os dados contratados (Valor total financiado, taxa e prazo contratados), **afirmamos que a parcela foi calculada de forma correta**, não existindo quaisquer valores indevidos sendo cobrados.

**12)** Queira o Douto expert informar qual seria o valor da dívida, aplicando se a taxa SELIC com o expurgo da capitalização, explicitando quais os valores cobrados indevidamente.

**Resposta:** Mesma resposta do quesito de nº 10

**13)** Qual a taxa de juros aplicada ao contrato?

**Resposta:** Conforme resposta dada no quesito de nº 07

**14)** qual o valor da média de mercado do financiamento do veículo neste mês?

**Resposta:** Conforme relatório obtido através do BACEN (Ver em anexo), verificamos que para o período de assinatura do contrato a taxa de juros variou entre os diversos bancos entre **0,71% (mínima) e 3,79% (máxima)**.

**15)** Quanto o autor pagou a mais do que a média do mercado em todo o seu contrato de financiamento? E em dobro qual é o valor?

**Resposta:** Conforme resposta do quesito anterior, entende este perito, que a taxa contratada se encontra dentro da média praticada pelo mercado à época da contratação do respectivo financiamento discutido nestes autos, já que ela se encontra entre a mínima e máxima registrada pelo BACEN.







## Raul Felipe Montenegro dos Santos Contador - CRC /PB – 6280/O-8

**16)** Identificar se haveria algum saldo a favor do Autor após a realização das operações acima, configurando a repetição do indébito.

**Resposta:** Considerando que o parte ré aplicou corretamente os critérios que foram contratados, e que ainda não existe nos autos decisão que torne nula qualquer das cláusulas contratadas e defina seus novos parâmetros, entende este perito que não existem valores cobrados indevidamente da parte autora.

**17)** Qual o valor do débito da parte Autora ?

**Resposta:** Quesito prejudicado, não foi apresentado nos autos extrato evolutivo da dívida, onde conste os valores pagos e/ou parcelas em atraso, para que se pudesse fazer a devida conferência

**18)** Queira o Dr. Perito esclarecer o que mais entender necessário ao deslinde da questão.

**Resposta:** Entende este perito, salvo melhor juízo, que qualquer alteração referente aos valores e taxas discutidos nestes autos, passa primeiramente pela análise das matérias de direito, e que só pode ocorrer através da decisão judicial, onde só assim, poderá ser decretada a ilegalidade de alguma ou algumas cláusulas do contrato e que possam afetar a feitura do cálculo do financiamento.

Do contrário, afirmamos com convicção que o valor da parcela mensal devida pela parte autora, foi calculado corretamente e utilizando como base exclusivamente as informações constantes do quadro informativo de dados financeiros do respectivo contrato.

### Quesitos da parte RÉ:

**01.** Queira o Sr. Perito informar se os juros dispostos no instrumento contratual foi o efetivamente aplicados no caso, ou seja, a aplicação dos juros obedeceu o que ficará estipulado na contratação?

**Resposta:** Sim, o cálculo da parcela obedeceu na íntegra a aplicação da taxa de juros mensal de 2,63% a.m informada no respectivo contrato.

**02.** Queira o Sr. Perito explicar detalhadamente a natureza da modalidade do contrato pleito da ação.

**Resposta:** Trata-se de um contrato de financiamento para aquisição de um veículo particular, ficando o mesmo consignado em garantia até o fim do pagamento das parcelas assumidas pelo contratante.

**03.** Queira o Sr. Perito informar se os descontos efetivados pelo banco seguiram as normas previstas pelo Banco Central referentes a modalidade contratual.

**Resposta:** Quesito prejudicado, uma vez que não existe nos autos o extrato evolutivo da dívida, onde conste os pagamentos efetuados, as possíveis antecipações feitas e possíveis parcelas em atraso, para que se pudesse fazer a devida conferência dos critérios de cálculos aplicados.





## Raul Felipe Montenegro dos Santos Contador - CRC /PB – 6280/O-8

**04.** Queira o Sr. Perito Oficial informar qual o valor do crédito disponibilizado pelo Banco Réu em favor da parte Autora?

SALDO PARA PGTO DO VEÍCULO: (Vlr do veículo – entrada: R\$ 28.000,00 – R\$ 9.708,00)	R\$ 18.292,00
TAXA DE AVALIAÇÃO DO BEM:	R\$ 180,00
IOF DEVIDO:	R\$ 657,38
TAXA REGISTRO DO CONTRATO:	R\$ 246,81
SEGURO:	R\$ 1.310,32
<b>TOTAL EMPRESTADO AO AUTOR:</b>	<b>R\$ 20.686,51</b>

**05.** Queira o Sr. Perito informar se a taxa de juros aplicada encontra-se em consonância com a taxa de juros média aplicada em contratos da mesma natureza do reclamado na exordial?

**Resposta:** Conforme respostas dadas nos quesitos 14 e 15 do autor.

### VI – CONCLUSÃO:

Após analisar minuciosamente os autos, inclusive com a devida observação da legislação aplicada ao caso, entendemos que a apuração da parcela do financiamento devido pela parte autora observou corretamente as cláusulas existentes no contrato, onde constavam todas as informações de taxas e período de aplicação a serem adotados, além de todo o discriminativo de impostos e taxa de serviços a serem pagos pelo autor.

Sendo assim, salvo melhor juízo, **caso não ocorra determinação para mudança de alguma cláusula contratual, inclusive fundamentando e informando os novos critérios e condições a serem aplicadas**, concluímos que o contrato em discussão foi respeitado na íntegra pela parte ré.

Campina Grande/PB, 24 de agosto de 2023.

**RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS**  
Contador: CRC/PB – 3280





## Histórico de Taxa de juros

Segmento: \*

Pessoa Física

x ▼

Modalidade: \*

Aquisição de veículos - Pré-fixado

x ▼

Período: \*

10/03/2020 a 16/03/2020

x ▼

Exportar

Taxas Juros

Posição	Instituição Financeira	% a.m.	% a.a.
1	BCO MERCEDES-BENZ S.A.	0,71	8,90
2	SCANIA BCO S.A.	0,83	10,43
3	BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A	0,88	11,11
4	BCO VOLVO BRASIL S.A.	0,92	11,65
5	BCO RCI BRASIL S.A.	1,01	12,85
6	BMW FINANCEIRA S.A. - CFI	1,02	12,96
7	BCO VOLKSWAGEN S.A	1,04	13,25
8	BCO DA AMAZONIA S.A.	1,04	13,27
9	BCO RODOBENS S.A.	1,07	13,68
10	BCO PSA FINANCE BRASIL S.A.	1,09	13,85
11	BANCO HYUNDAI CAPITAL BRASIL	1,14	14,59
12	FINANC ALFA S.A. CFI	1,17	15,01
13	BCO GM S.A.	1,18	15,08
14	BCO TOYOTA DO BRASIL S.A.	1,18	15,16
15	SINOSSERRA S/A - SCFI	1,24	15,87
16	BCO DO BRASIL S.A.	1,24	15,94
17	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	1,27	16,41
18	BANCO BARI S.A.	1,31	16,86



Taxas Juros			
Posição	Instituição Financeira	% a.m.	% a.a.
19	BCO. J.SAFRA S.A.	1,31	16,86
20	BRB - CFI S/A	1,31	16,97
21	BCO ITAUCARD S.A.	1,32	17,02
22	BCO BRADESCO S.A.	1,32	17,06
23	ITAÚ UNIBANCO S.A.	1,36	17,60
24	BV FINANCEIRA S.A. CFI	1,51	19,64
25	BCO BANESTES S.A.	1,52	19,78
26	BCO BRADESCO FINANC. S.A.	1,53	19,95
27	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,54	20,10
28	PORTOSEG S.A. CFI	1,54	20,14
29	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1,59	20,78
30	AYMORE CFI S.A.	1,67	21,94
31	GOLCRED S/A - CFI	1,69	22,26
32	BCO HONDA S.A.	1,70	22,47
33	BCO YAMAHA MOTOR S.A.	1,89	25,16
34	BCO CETELEM S.A.	1,91	25,47
35	GAZINCRED S.A. SCFI	1,92	25,67
36	BANCO PAN	2,06	27,73
37	FINAMAX S.A. CFI	2,31	31,53
38	BCO DIGIMAS S.A.	2,34	31,92
39	BCO RNX S.A.	2,57	35,60
40	BCO DAYCOVAL S.A	2,72	38,00
41	SF3 CFI S.A.	3,26	47,03
42	PORTOCRED S.A. - CFI	3,40	49,31
43	OMNI SA CFI	3,58	52,50
44	OMNI BANCO S.A.	3,79	56,31





Página Inicial ▶ Peritos  
(/sighop/index.jsf)

## Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: \*

RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS

Data nascimento: \*

05/10/1973

Sexo: \*

Masculino



Inserir foto

Nome Social:

CPF: \*

886.232.114-72

Identidade: \*

1512634

Órgão: \*

SSP

INSS/PIS/PASEP: \*

12476767311

Tipo: \*

PIS/PASEP

Escolaridade: \*

Pós-graduação

Nome da mãe: \*

EDNA MARIA MONTENEGRO AGRA SANTOS

Nome do pai:

ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS

Email: \*

raulpachu@gmail.com

Telefone: \*

(83) 99609-4668

☐ Tornar dados de contato públicos

Municípios de atuação: \*

Alagoa Grande Alagoa Nova Campina Grande Gurinhém  
Ingá Lagoa Seca Puxinanã Queimadas

Profissão \*

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Contador	CONTÁBIL e FINANCEIRA	6280	<input type="text"/> <input type="text"/>

Adicionar profissão

Endereço \*

CEP \*

58410-367

☐ Não sei o CEP

Estado \*

Paraíba (PB)

Município / Localidade \*

Campina Grande

Bairro ?

Catolé

Logradouro \*

R. Maria Aparecida Carneiro

Número \* ?

280

Complemento

Aptº 404

Arquivos comprobatórios \*

Arquivo	Remover
CERTIDÃO REGULARIDADE CRCPB	<input type="text"/>
Certificado Curso Perícia	<input type="text"/>
Certificado Curso Prev Pública	<input type="text"/>
CERTIFICADO ESPECIALIZAÇÃO	<input type="text"/>

Dados bancários

Banco: \*

Banco do Brasil S.A.

Agência: \*

50261

Conta: \*

1171

Tipo conta: \*

Corrente

Arquivo	Remover
CURRÍCULO VITAE	<input type="button" value="✕"/>
DIPLOMA	<input type="button" value="✕"/>
RG CPF CRC END CART FUNC	<input type="button" value="✕"/>

Anexar arquivo

Gravar cadastro



04/04/2024

Número: **0804198-84.2022.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **02/03/2022**

Valor da causa: **R\$ 45.687,59**

Assuntos: **Tarifas**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NILSON ALEXANDRE FERREIRA (AUTOR)		BRUNO MEDEIROS DURAO (ADVOGADO) ADRIANO SANTOS DE ALMEIDA (ADVOGADO)	
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A (REU)		EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO (ADVOGADO)	
RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
55293607	15/03/2022 12:19	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**3ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE**

**DESPACHO**

Vistos etc.

Compulsando as provas acostadas aos autos, tenho que estão presentes os requisitos necessários à concessão do benefício da justiça gratuita ao autor. **DEFIRO O PEDIDO.**

Assim como, **inverto expressamente o ônus da prova em benefício ao consumidor**, na forma do Artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor, que trata:

*"Art. 6º São direitos básicos do consumidor:*

*(...)*

*VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências".*

Sendo assim, deve ser juntada aos autos, pela parte ré, toda e qualquer documentação que sirva de contraprova às alegações exordiais.

Outrossim, **reservo-me para apreciar a tutela antecipada após a resposta da parte promovida, haja vista entender pela necessidade de melhor esclarecimento dos fatos trazendo ao processo uma maior segurança jurídica.**

A atual sistemática adotada pelo Código de Processo Civil estabelece, como regra, a designação de audiência de conciliação ou de mediação como ato subsequente ao recebimento da petição inicial das ações de procedimento comum, nos termos do art. 334, caput, do CPC. Não obstante, o § 4º do mesmo dispositivo legal traz duas hipóteses em que a sobredita audiência não será realizada, a saber: a) se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual; b) quando não se admitir a autocomposição.

No caso dos presentes autos, a audiência não poderá ser realizada por motivo de força maior decorrente da edição do Ato Normativo Conjunto nº 001/2020TJPB/MPPB/DPE-PB/OAB-PB, que no art. 11, caput cancelou a realização de audiências inicialmente até o dia 31 de maio de 2020, com prorrogação em atos posteriores.

Desse modo, **deixo de realizar a audiência de autocomposição designada determinando o que se expeça citação, na forma requerida, informando da não realização excepcional da audiência de conciliação e concedendo prazo de 15 dias, para apresentar contestação, advertindo-se que, não sendo oferecida**



**contestação no prazo legal, a parte ré será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora** (art. 344 do CPC), salvo as exceções previstas no art. 345 do CPC.

Em qualquer caso, apresentada a contestação e vindo a mesma instruída com prova documental e/ou se alegada quaisquer das matérias constantes dos arts. 350 e 351 do CPC, **intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação.**

Ficam as partes informadas que, caso haja autocomposição extrajudicial, poderão apresentar a transação nos autos, para homologação e também que poderá ser designada audiência conciliatória a qualquer tempo, nos termos do art. 139, V, do CPC, após o período de vigência do ANC 001/2020.

Data e assinatura digitais.

ALEX MUNIZ BARRETO

JUIZ DE DIREITO

(EM SUBSTITUIÇÃO CUMULATIVA)





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Diretoria Especial

Processo nº 2024.041.394

Requerente: Juízo da 3ª Vara Cível de Campina Grande

Interessado: Raul Felipe Montenegro dos Santos – Perito Contador

Trata-se de requisição de pagamento de honorários periciais, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), para suportar o encargo relativo à despesa decorrente de honorários do Perito Contador Raul Felipe Montenegro dos Santos, CPF 886.232.114-72, PIS/PASEP 12476767311, nascido em 05/10/1973, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0804198-84.2022.8.15.00001, movida por NILSON ALEXANDRE FERREIRA, CPF 442.252.294-91, em face de AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO LTDA, CNPJ 07.707.650.0001-10, perante o Juízo da 3ª Vara Cível de Campina Grande.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 de março de 2021, que teve os valores do anexo I atualizados pelo Ato da Presidência nº 43/2022, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 21 de Setembro de 2022, disciplinou, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo grau, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, §3º, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça



gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Laudo pericial às fls.33/42, dos presentes autos.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Raul Felipe Montenegro dos Santos, CPF 886.232.114-72, encontra-se em situação de ativo.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que, CASO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), para suportar o encargo relativo à despesa decorrente de honorários do Perito Contador Raul Felipe Montenegro dos Santos, CPF 886.232.114-72, PIS/PASEP 12476767311, nascido em 05/10/1973, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0804198-84.2022.8.15.00001, movida por NILSON ALEXANDRE FERREIRA, CPF 442.252.294-91, em face de AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO LTDA, CNPJ 07.707.650.0001-10, perante o juízo da 3ª Vara Cível de Campina Grande.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 4 de abril de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



04/04/2024

Número: **0804198-84.2022.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **02/03/2022**

Valor da causa: **R\$ 45.687,59**

Assuntos: **Tarifas**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NILSON ALEXANDRE FERREIRA (AUTOR)		BRUNO MEDEIROS DURAO (ADVOGADO) ADRIANO SANTOS DE ALMEIDA (ADVOGADO)	
AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A (REU)		EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO (ADVOGADO)	
RAUL FELIPE MONTENEGRO DOS SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
88251534	04/04/2024 13:38	<a href="#">Outros Documentos</a>	Outros Documentos

Decisão lançada no ADM nº 2024.041.394 – requisição de pagamento de honorários periciais, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), para suportar o encargo relativo à despesa decorrente de honorários do Perito Contador, Raul Felipe Montenegro dos Santos, CPF 886.232.114-72, pela realização de perícia nos autos da ação em referência.

